



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

### ATA DA REUNIÃO - CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR

Data: 20 de julho 2017 – Horário: 18h30

Local: Auditório do Térreo - Paço Municipal

#### Representantes presentes:

Nome	Entidade	Membro
Maria de Fatima Gilberti	ATU-SFXAVIER	Titular
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida	GCE – Gr. Consciência Ecológica	Titular
Antonio Miguel Vieira Monteiro	INPE	Titular
Marta Rizzi Daniel	OAB	Titular
Maria Rita Singulano	CREA	Titular
Walter Brant Zaroni de Paiva	AEA	Titular
Nilson Franco Martins	AABE Esplanada	Suplente
Arlindo Aparecido Regis de Oliveira Junior	DEFENDE SÃO JOSÉ	Titular
Daniela do Amaral Moretti	DEFENDE SÃO JOSÉ	Suplente
Angela Aparecida da Silva	CMP	Titular
Gabriel Alves da Silva Junior	Núcleo Reg. PD Participativo	Titular
Vicente de Moraes Cioffi	Núcleo Re. PD Participativo	Suplente
Rogério Lemes Paiva	SECOVI	Suplente
Fabiana Vieira Dias Alves	ACONVAP	Titular
Gian Franco Asdente Baradelo	SINDUSCON	Suplente
Roberto Zanetti Pereira	AABE	Suplente
Marcelo Pereira Manara	Poder Público (SEURBS)	Titular
Maria Angélica Braga Avelar Silva	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Oswaldo Vieira de Paula Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Paulo Eduardo Oliveira Costa	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Rodolfo Marcos Venâncio	Poder Público (SEURBS)	Titular
Rodrigo Ubiratã Gunther Lux	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Ronaldo Gonçalves Madureira	Poder Público (SEURBS)	Titular
Andrea Sundfeld Penido	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Paulo Roberto Guimarães Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Débora Redondo	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Daniel Rodrigues Mello	Poder Público (SEURBS)	Titular
Marcelo Santos Leandro	Poder Público (SEURBS)	Titular
Dolores Moreno Pino	Poder Público (SEURBS)	Titular
Geraldo da Silva Pinheiro	Poder Público (SEURBS)	Titular
<b>Demais cidadãos:</b>		
Alexandre Penedo	CAU	Titular



1 **Abertura:** Aos vinte dias do mês de julho, do ano de 2017, o presidente do Conselho Marcelo Pereira  
2 Manara, deu início a reunião às 18h43, agradecendo e dando os cumprimentos a todos. Informou que  
3 esta é a oitava reunião do Conselho Gestor do Plano Diretor, lembrando àqueles que já participaram  
4 que já ocorreram sete reuniões, uma reunião de formação e duas reuniões com a Câmara Técnica e  
5 que agora retomam reuniões do Conselho Gestor no mês de julho; Primeiramente, fez um  
6 esclarecimento que embora estejam retomando as reuniões do Conselho Gestor, neste mês, a  
7 dinâmica do Plano Diretor enquanto estudos internos, enquanto preparação de equipe, mesmo que  
8 seja óbvio, é importante dizer que numa reestruturação profunda, numa mudança de governo, tiveram  
9 que reposicionar inclusive pessoas para a nova condução do assunto Plano Diretor; e agora com a  
10 consolidação dos trabalhos internos, foi possível a retomada das agendas, lembrando que a dinâmica  
11 da reunião de hoje, será a apresentação dos novos representantes da Municipalidade – Prefeitura  
12 Municipal, dentro da estrutura, lembrando que a própria estrutura alterou com a redução do número  
13 de Secretarias de vinte e três Secretarias para quatorze, e que isso exigiu uma remodelação na  
14 distribuição que será depois apresentada juntamente com os novos membros da Prefeitura, que vão  
15 tomar posse. Explicou que a representação anterior, dentro da estrutura das Secretarias que eram:  
16 Secretaria de Planejamento Urbano, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Regularização  
17 Fundiária, Secretaria de Habitação, Secretaria de Governo, Transporte e Obras. Hoje, estão  
18 representadas como: Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, Gestão Habitacional e Obras,  
19 Governança, Mobilidade Urbana e que essa é a primeira discussão, primeira revisão no Plano Diretor  
20 e que foi aberto como ente governamental para um representante da AGENVALE, desta forma,  
21 abrindo mão de uma representação do município para trazer um representante da organização da  
22 AGENVALE. Após, passou à apresentação dos novos titulares e suplentes: Marcelo Pereira Manara  
23 que é ele próprio e o seu suplente Paulo Eduardo de Oliveira Costa, Oswaldo Vieira de Paula Junior  
24 que a maioria já conhece, Maria Angélica, Rodolfo Venâncio, Rodrigo Lux, Ronaldo Madureira e  
25 Andréia Penido, esses dois últimos da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade e para aqueles que  
26 ainda não conhecem, o Ronaldo Madureira é o novo Diretor de Sustentabilidade da Secretaria. Da  
27 gestão habitacional e obras, Marcelo Leandro como titular e Adalberto Silvestre como suplente;  
28 Dolores Moreno Pino e a suplente Ruth Maria Macedo Ota. Da Governança, o Daniel Melo e a  
29 suplente, o Luigi da Mobilidade Urbana, o Secretário Paulo Guimarães e a suplente Débora Redondo  
30 e da AGENVALE, o Geraldo Pinheiro e o suplente José Celso Bueno. Passou a explicar sobre a  
31 retomada de discussões, para aqueles que queiram se posicionar e que nessa retomada, será aberto um  
32 espaço de tempo de quinze minutos de assuntos gerais e que em seguida, passará para a apresentação  
33 do Diretor Oswaldo e encerrar-se-á no debate após essa apresentação. A projeção é para que seja  
34 possível o encerramento da reunião às 20h30, com elasticidade até 21h. Após este esclarecimento, o  
35 Secretário fez a leitura do artigo 2º do Decreto nº 17.141 de 12 de agosto de 2016 que constitui o  
36 Conselho Gestor. Após a leitura do Decreto, informou que será necessário discutir a questão das faltas  
37 acumuladas de algumas entidades que nas sete reuniões realizadas até aqui e no levantamento feito,  
38 essas entidades nunca participaram do Conselho Gestor, que são a SEC, como entidade sindical e as  
39 duas representações de entidades e movimentos estudantis, que é a DCE UNIVAP e a UNESP e que  
40 as faltas já acumuladas ferem o estabelecido no regramento, sendo necessário portanto, discutir a  
41 questão com relação à reconvocação ou outra forma de agir para compor a plenitude do colegiado;  
42 lembrou ainda, antes de passar a palavra para o Diretor Oswaldo, de solicitar a todos que peçam para  
43 suas respectivas entidades, trazer na próxima reunião, já antecipando que será no dia 10 (dez) de  
44 agosto (numa quinta-feira), cuja pauta será a discussão do cronograma do Plano Diretor, que deverão  
45 trazer: a declaração, o ofício da sua entidade indicando seu nome ou outro nome à participação para  
46 referência de toda a composição novamente do Conselho Gestor. Em seguida, abriu o tempo de  
47 quinze minutos para assuntos gerais.

48 **Manifestações:**

49 **Ângela** – Se manifestou dizendo que não entendeu, por qual razão agora, vão ter que refazer a  
50 apresentação se quem mudou foi o poder público e não eles, e que desde o começo, ela acha que tem  
51 um prazo, um início em que foi colocado e que eles foram apresentados e foram votados e agora o  
52 poder público muda e eles estão sendo lesados com isso e o prazo estabelecido assim, com menos de  
53 um mês, ela acha que é inócuo isso e que o certo é que quem se apresentou, faça o favor então de sair



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

54 no Diário Oficial logo senão, até o dia dez essa reunião não terá validade como a de hoje não tem  
55 validade, porque não saiu no Diário Oficial e pergunta: Concorda? E continua falando que a  
56 sociedade civil, não (eles no caso) estão com seu grupo já formado e não há necessidade de se  
57 rerepresentar de novo.

58 **Maria Rita** - Concordou com a opinião da Ângela, comentando que geralmente quase nunca  
59 concorda, mas dessa vez concordou e acha até mesmo que só deveriam mudar as entidades que  
60 quisessem optar por essa mudança, quando necessário trocar seus representantes. Falou também sobre  
61 seu posicionamento em relação ao que o secretário colocou em relação às faltas do ano passado e  
62 disse que essas faltas deveriam ser desconsideradas e verificar se essas entidades querem continuar  
63 participando ou não. Por quê? O poder público não participava das reuniões. Os representantes do  
64 poder público não vinham nas reuniões e isso pode ser verificado nas atas; então no seu  
65 entendimento, não há porque punir alguma entidade que não vem se o próprio poder público não  
66 cumpriu com isso, haja vista que houve reuniões que só veio uma diretora e um único representante  
67 do poder público como um todo.

68 **Daniel Melo** – Opinou a respeito do assunto e entende que deveria ter uma análise mais tranquila em  
69 relação à validade das entidades também, até por que se não houve a participação do poder público é  
70 porque existiu também a sensação de que foi um pouco enviesada a questão da formação da  
71 sociedade civil na representação deste conselho presente e que segundo ele, infelizmente, ele sentiu  
72 falta de assumir um trabalho junto a sociedade de amigos de bairros de representações de todas as  
73 regiões da cidade através de seus representantes de bairro, através da população que não está, às  
74 vezes, se preocupando, mas que pode ser sensibilizada em participar desse momento de discussão  
75 importante em relação ao Plano Diretor. Achou válida a situação até porque tem representantes que  
76 não estão legalmente constituídos e se há dúvida, é necessário demonstrar isso, pois mudou a gestão e  
77 existe uma nova formação, sem prejuízo dos outros e que gostaria até de solicitar que, de repente,  
78 fossem incluídos mais representantes de mais regiões para que o debate não ficasse enviesado.

79 **Miguel** - Manifestou-se como representante das entidades acadêmicas do INPE e argumentou que  
80 eles (no caso os representantes), não são representantes das instituições e sim representantes de um  
81 conjunto da sociedade civil agrupado segundo certas decisões com pacto que foi feito na gestão  
82 passada e que existe um decreto, e houve toda uma discussão para a decisão da composição do que  
83 seria a sociedade civil neste conselho e se isso tiver que ser mudado, o decreto tem que ser recolhido e  
84 essa gestão atual tem que emitir outro decreto e falar “nós não queremos, isso não representa a  
85 sociedade civil”...nós vamos acabar com essa reunião agora e vamos convocar outra. Então é isso que  
86 essa gestão tem que fazer o que ele acha uma pena, um absurdo começar esse debate no Conselho  
87 Gestor com uma coisa que já haviam superado que é imaginar que esse colegiado é um colégio de  
88 representação do estado e não do governo e faz um comentário: Isso aqui não é “ponto gov”, não é?  
89 Então, essa é a primeira questão e dentro disso tem uma série de trabalhos que foram feitos na  
90 Câmara Técnica, várias propostas de encaminhamento sobre *road map*, caminhos para seguir, etc. e  
91 que agora com a retomada, ele ficou feliz, depois de seis meses, uma convocação para retomar então  
92 ele pensou todos iriam retomar a discussão a partir de um acúmulo de trabalho e de ganho que o  
93 poder público estabelecido tinha feito e que não interessa se os nomes trocaram, para ele é a mesma  
94 coisa e se mudou a composição, se agora chama Secretaria de Planejamento Urbano e Meio  
95 Ambiente, não o interessa, porque para ele, isso é uma representação de poder municipal e se hoje o  
96 secretário é o Marcelo Manara e antes era o Pedro, não o interessa, pois no seu entendimento ele é um  
97 representante institucional assim como os outros.

98 **Marcelo Manara** - Esclareceu de pronto que terá continuidade sim e que os trabalhos não vão ser  
99 suspensos e a questão trazida não é a suspensão de sua composição, mas sim tão somente a  
100 revalidação dessas indicações em razão do período de quatorze de dezembro que foi o último  
101 encontro dessa audiência pública até agora o dia vinte de julho. Então algumas das instituições e  
102 outras instituições alteraram seus quadros. Tão somente em razão disso e que então como a  
103 conselheira Ângela solicitou talvez pudesse ser dado o prazo de trinta dias, sem problema nenhum e  
104 somente para registro dessa representatividade em razão disso, mas que vai haver continuidade a  
105 reunião.



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

106 **Arlindo Régis** - Cumprimentou os presentes e se identificou como representante do Movimento  
107 Defende São José e falou que com relação ao assunto colocado, sobre as manifestações da Ângela,  
108 Maria Rita e do Miguel, à época houve todo um processo de edital de convocação de toda a  
109 sociedade, de todo o município e todos que se interessava em participar desse processo, foi dada  
110 ampla condição de participar. Só que no momento da constituição aqui presente, apareceram as  
111 entidades que tiveram interesse em participar do processo e dentre essas entidades, foi então feita uma  
112 eleição inclusive, foram todos eleitos e que formam então a representação da sociedade e teve todo  
113 um processo democrático nesse sentido e que não tirado o direito de ninguém de participar e que em  
114 relação à continuidade do processo, ele acredita que ressalvadas essas questões daquele que tiveram  
115 oportunidade, tiveram direito de participar e faltaram, aí já tem uma regra imposta para isso e sim tem  
116 que haver a substituição dessas entidades conforme está sendo colocado. E por fim acrescentou que  
117 acha muito lastimável, se por algum motivo de ordem administrativa, burocrática, tiverem que  
118 paralisar uma coisa que já devia ter começado.

119 **Gabriel Alves** - Após cumprimentar os presentes, se identificou como representante do segmento  
120 Movimentos Sociais, do Núcleo Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Plano Diretor  
121 Participativo começou a ressaltar que esse processo não foi um processo tirado a esmo. Tudo foi  
122 baseado num processo que tem a resolução do Conselho Nacional de Cidades baseado no Estatuto  
123 das Cidades e na Conferência Municipal das Cidades realizada no ano passado, ou seja, todo o  
124 procedimento de instituição do Conselho gestor, foi a base desse processo, representando os  
125 segmentos que já são orientados pela distribuição proporcional da Conferência Nacional de Cidades,  
126 representada essa proporcionalidade e que aliás no processo, ainda foram aceitas as sociedades  
127 amigos de bairro que não estão previstas e que não foi considerado movimento popular, não foi  
128 considerado movimento social e que foi aceito o seu segmento. Falou também que a associação de  
129 moradores lá do Recanto dos Tamoios, caso viesse a compor o segmento, não é atribuída vaga a eles;  
130 ou seja, foi uma concessão aprovada na Conferência Municipal das Cidades e o poder público, ele  
131 pode a qualquer momento alterar os seus representantes e explicou que agora, a sociedade civil, ela já  
132 está fundamentada no processo e que esse processo não pode ser alterado e não tem essa de  
133 revalidação, pois a conferência diz que o mandato é até a apresentação do projeto de lei do Plano  
134 Diretor na Câmara Municipal e acompanhamento da discussão desse processo, das audiências  
135 públicas que deverão ser realizadas por lá, ou seja, esse Conselho gestor não é mera revogação de  
136 decreto, não é mera vontade do gestor político e também não é mera vontade dos representantes da  
137 sociedade civil. Tudo isso está regulamentado num processo que vem do Estatuto da Cidade e da  
138 Conferência Nacional da Cidade e do Conselho Nacional de Cidades e que passou por um processo  
139 na Conferência Municipal de Cidades. Então, não há como revalidar, refazer, ou seja, o processo é um  
140 caminhar, inclusive com a metodologia que já foi decidida, que é garantir o amplo processo  
141 participativo, porque também não tem como fazer Plano Diretor alçado só com algumas análises  
142 técnicas e apresentar algum aparente formato de consulta popular; É preciso fazer discussão assim  
143 como prescreve a legislação e assim garantir a forma participativa e isso não tem agenda, não tem  
144 pauta e isso quem vai discutir vai ser dentro do processo.

145 **Marcelo Manara** – Informou que com a fala do Sec. Paulo Guimarães, encerra-se os quinze minutos  
146 iniciais dos assuntos gerais e que logo em seguida, fará algumas considerações em razão das  
147 manifestações.

148 **Paulo Guimarães** - Cumprimentou os presentes e se identificou como representante da Secretaria de  
149 Mobilidade Urbana e falou que fique registrado, para colaborar com a decisão do conselho, ele  
150 acredita que não tem problema nenhum uma revalidação, até porque, se seguirmos nesse caminho de  
151 revalidação, esse irá trazer mais legitimidade e mais transparência para o processo e se alguém aqui  
152 tem algum receio de não ser revalidado no posicionamento, alguma coisa está errada nesse processo e  
153 que ele acha que é muito mais democrático e transparente adotar essa postura porque é tão somente  
154 uma revalidação daquilo que já está consolidado; e se alguém tem algum tipo de receio e está apegado  
155 ao mandato, alguma coisa tem de ruído no meio desse processo.

156 **Marcelo Manara** – Retomou a palavra e observou que todos já se manifestaram e que em atenção a  
157 alguns assuntos, primeiro garantir a continuidade dos trabalhos, em momento algum as propostas e  
158 questões colocadas. ..nesse momento, ele interrompeu a fala para pedir silêncio dos presentes) -



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

159 continuou para esclarecer a questão da representação, a fim de corrigir o que foi colocado pelo  
160 Gabriel - informou que a representação não é do ocupante é da instituição; então a questão que ele  
161 apresentou é indagar ao legítimo ocupante que é a instituição, se aquele conselheiro vai continuar  
162 como conselheiro. É tão somente isso, porque aqui na listagem, a indicação de participação é da  
163 instituição e que, passados seis meses, é bastante comum, e explicou que não fala da questão de  
164 governo, de administração da questão pública, que é bastante comum que uma ou outra entidade  
165 tenha sua ciclagem. Porque ao invés de ser o João, pode ser o José, pode ser a dona Maria, a garantia  
166 de participação está assegurada para a instituição. É tão somente indagar àquela instituição se aquele  
167 determinado conselheiro continua. Nesse momento, ocorreram interrupções e a Sra. Ângela falou em  
168 segundo plano que isso é a Instituição que tem que pedir e não o poder público, e o presidente do  
169 Conselho, rebateu para esclarecer que eles estão ali como Conselho Gestor e que é o Conselho Gestor  
170 que está solicitando (neste momento vozes sobrepostas) e continuou sua fala para posicionar os  
171 presentes que essa questão entrará em votação do plenário e que será concedido o prazo de trinta dias  
172 e que a Instituição deve encaminhar os seus representantes convalidando. Alguém (não foi possível  
173 identificar), disse que não há como fazer votação por falta de quórum e o Secretário solicitou então  
174 que fosse feita a contagem dos votos para ver se haveria quórum suficiente e esclareceu que a  
175 contagem de quórum é um terço mais um e respondeu a Sra. Ângela que se não tem quórum será feita  
176 a proposição na próxima reunião. Neste ponto, a Sra. Ângela questionou dizendo se seria legítimo,  
177 uma vez que eles, como representantes do poder público não haviam sido nomeados ainda. O  
178 Secretário confirmou que ainda não haviam sido nomeados e ela respondeu que neste caso, não  
179 poderia votar.

180 **Lincoln Delgado** – Manifestou-se para argumentações, dizendo que da mesma forma que a  
181 instituição sociedade civil está ali posta, a instituição poder público está da mesma maneira posta. Se  
182 é o João, o José, o Francisco, não é nominado. O secretário acabou de colocar e me coloco dessa  
183 forma mesmo. Não é o Lincoln que está aqui. É o grupo “Consciência Ecológica”. Se fosse o Lincoln,  
184 o Marcelo, o João, quem quer que o grupo indicasse. Onde eu estou colocando isso? O poder público  
185 é a Secretarias ali elencadas, estão, independente de nominadas outras pessoas até, porque não seria  
186 possível, porque mudou o governo e, naturalmente, mudaram as peças do governo também;  
187 comentou então que ou comecem a falar enquanto pessoa jurídica, ou vai “fulanizar “ pra fulano,  
188 beltrano, cicrano, que isso seria uma aberração. (Sobreposição à fala principal por voz inaudível em  
189 segundo plano). Então, assim, Gabriel, - continuou Lincoln - da mesma forma que está nomeada a  
190 sociedade civil, também estão nomeadas as Secretarias ali determinadas. (Sobreposição à fala  
191 principal por voz inaudível em segundo plano). Você quer dizer que a pessoa física não está nomeada.  
192 A pessoa jurídica, a Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Regularização Fundiária, também.  
193 (Sobreposição à fala principal por voz inaudível em segundo plano), mas então se dê oportunidade e  
194 que se faça nesses trinta dias a mesma coisa. Uma revalidação da sociedade civil e da Prefeitura. Um  
195 interlocutor prossegue contagem de pessoas em segundo plano.

196 **Marcelo Manara** – Interrompeu a fala de Lincoln, para informar que a questão no momento era a  
197 contagem de quórum e mesmo excetuando-se os representantes da municipalidade, considerando o  
198 decreto no seu Art. 9º. (é feita a leitura do artigo), o quórum mínimo para a instalação e início dos  
199 trabalhos será de um terço mais um dos representantes que compõem o Conselho Gestor para revisão  
200 do atual Plano Diretor. E completou: - Eu sou o “mais um” e teremos então ter dez conselheiros aqui  
201 para quórum e nós temos entre titulares, das ONGs temos dois, das entidades profissionais  
202 acadêmicas e pesquisa e conselhos profissionais, já temos quatro, totalizando seis; dos movimentos  
203 populares, cinco. Quatro, com um titular e um suplente. Então no total quatro, dez. E nós temos, de  
204 empresários, mais três. Nós temos treze sem o cômputo dos representantes da Prefeitura, portanto nós  
205 temos quórum para essa deliberação. Então, dos conselheiros aqui presentes, aqueles que manifestam  
206 a favor do encaminhamento para que as entidades apresentem os nomes; na sequência, lembrou que  
207 das entidades elas tem quatro representantes fora o Alexandre – questão de ordem (vozes inaudíveis  
208 em segundo plano).

209 **Miguel Monteiro** – Se identificou como representante das Associações Acadêmicas e expressou sua  
210 opinião de que não acha que está sendo um bom começo, pois estão começando a reunião sob um  
211 estresse quando na verdade o objetivo é que todos tenham ideias diferentes e faz parte do colegiado e



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

212 é necessário que exista diferenças, que tenham opiniões diferentes para que se construa um pacto pela  
213 cidade. Não por esse governo ou por aquele, mas pela cidade; e que essa foi a dinâmica que se  
214 trabalhou sempre. E que é muito ruim começar uma primeira reunião de retomada num clima  
215 acirrado. Ponderou sobre algumas questões que ele entendeu que no caso de uma votação, por  
216 exemplo, não precisariam votar necessariamente, visto que todos tem um pouco de interpretação e  
217 que um pouco de boa vontade de todo mundo, como da Ângela, o Gabriel...ele, o Lincoln, os  
218 representantes do setor público; e que existem algumas questões que precisam ficar claras e que a  
219 verdade o que o Lincoln falou foi isso, que eles não são representantes individuais e sim  
220 representantes dos setores. Por outro lado, do ponto de vista legal, essas pessoas são indicadas como  
221 indivíduos, então não pode vir qualquer um do INPE; ou pode ir ele ou o Carlos Alexandre, que é o  
222 seu suplente, pois é assim do ponto de vista legal e se vier outro que não seja ele ou o Carlos  
223 Alexandre, ele não poderá contar como quórum na reunião e etc. e etc. e reforçou dizendo que é isso,  
224 que eles são representantes desses colegiados indicados individualmente e tal. Os representantes do  
225 setor público, isso é normal, e eles deveriam esperar; e que todos sejam indicados o mais rápido  
226 possível Comentou que seria ótimo se hoje já tivessem sido e que o secretário é naturalmente, já um  
227 quórum, pois ele é o presidente do conselho e não com um nome, mas com o nome de Secretário de  
228 Planejamento. Mudou a secretaria, mas é o equivalente. O resto tem que ser nomeado e tal e propôs  
229 que eles deixassem, que não vai haver nenhum impacto, deixar para que na próxima reunião que na  
230 verdade essa também já teria que ter sido convocada, se fosse olhar os termos, com quinze dias de  
231 antecedência, com a pauta e etc., tudo isso deveria sido feito, não foi, mas estão todos com vontade  
232 para fazer e que esse é um ponto que vai ser levantado e seja discutido e se os conselheiros relativos  
233 ao poder municipal acham que é importante, haver apenas uma confirmação de participação dos  
234 elementos, então que as entidades façam isso. Os representantes, o presidente do conselho, que é o  
235 Secretário Municipal, mande uma carta para as entidades e diga "ó, só estou confirmando. Vou  
236 confirmar... Confirme, por favor, o nome da Ângela, confirme, por favor, o nome do Lincoln,  
237 confirme o nome do Miguel". Nós não temos que pedir às nossas entidades. O presidente do  
238 conselho fará isso. E as entidades vão responder "ó, confirmo", ou não. Ó, vamos confirmar. E aí  
239 acabou a discussão. Não vai ter nenhum problema. A gente não precisa votar. É o que o conselho quer  
240 e está resolvido. Está razoável para todo mundo?

241 **Marcelo Manara** – Respondeu a manifestação do Miguel dizendo: Perfeito!

242 **Miguel** – Comentou que se na próxima reunião, se o presidente do conselho já fizer isso, talvez já  
243 tenha as respostas de algumas e já enviam as cartas, tudo certinho. E para a próxima reunião, que já se  
244 estabeleça uma pauta, já entrega toda essa documentação de hoje para cada conselheiro, já se vê o que  
245 tem que ser discutido e tal. É que os novos representantes individuais do poder municipal, leiam o  
246 regimento, leiam os trabalhos que foram feitos e tentem se informar para que haja menos ruído de  
247 ambas as partes - de todo mundo. Mas no momento, os mais novos são os representantes da nova  
248 gestão. Então eles têm que fazer o dever de casa para evitar ruído.

249 **Marcelo Manara** – Comentou que a fala do Miguel, foi muito conciliatória e o agradeceu. E falou  
250 que a intenção não era criar ruído, ainda mais nesse momento de estreia, de reestrela do Conselho  
251 gestor, e tão somente da garantia mínima de legitimidade mesmo e é essa a intenção. E que se todos  
252 concordaram com a proposta do Miguel, assim será feito. A secretaria vai encaminhar. O secretário  
253 como presidente do Conselho como coordenador do conselho, vai encaminhar a todas as instituições  
254 a indicação e revalidação dos nomes; falou que é desnecessário lançar para votação e que se dará  
255 continuidade naquilo que é essencial que é a pauta, já assim, a retomada dos trabalhos, e com essa  
256 posição apaziguadora, agradeceu amais uma vez o Miguel.

257 **Nilson Franco Martins** – Complementou o que o Miguel acabou de colocar para informar que  
258 anteriormente, ele estava como suplente.

259 **Marcelo Manara** – Pediu para que o mesmo se identificasse.

260 **Nilson Franco Martins** – Se identificou e informou que ele estava como suplente e que entregou ao  
261 Conselho um ofício da Associação de Amigos de Bairro do Esplanada e adjacências e que passou a  
262 ser o titular, e o arquiteto, o Dr. Roberto Amin, será o seu substituto eventualmente em sua ausência e  
263 informou também que em todas as reuniões sempre compareceu e não teve nenhuma ausência nas  
264 reuniões anteriores.



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

265 **Marcelo Manara** – Pediu ao Sr. Nilson para repetir seu nome completo e após, passou a palavra ao  
266 Diretor Osvaldo, para dar prosseguimento com a abertura de sua apresentação.  
267 **Oswaldo Vieira** – Cumprimentou os presentes e passou a fazer sua apresentação que segue transcrita  
268 na íntegra: Gente, boa noite! A minha voz está terrível hoje. Vamos fazer um esforço aqui para ser  
269 compreensível para vocês. Na verdade, a intenção é a seguinte: É apresentar um plano de trabalho que  
270 na próxima reunião a gente submeta através de um cronograma com a temporalidade das ações. Aqui,  
271 é primeiro um conceito, uma concepção, de como nós estamos propondo trabalhar com o Plano  
272 Diretor, aí depois a gente apresenta uma proposta numa segunda reunião do cronograma. Mas vamos  
273 lá. Para que a gente possa conversar sobre o processo do Plano Diretor, a gente fez uma cronologia  
274 aqui inicial resgatando o ano de 2016 só para que todos aqui, inclusive com os membros novos da  
275 Prefeitura, a gente uniformize a informação. Então em 2016, vocês que já estavam aqui, vocês sabem,  
276 mas boa parte, novos, não sabem. Houve uma capacitação da equipe da Prefeitura para trabalhar com  
277 o Plano Diretor. Houve o evento da 6ª. Conferência das Cidades; houve um evento de abertura oficial  
278 do Plano Diretor de dezenove de julho de 2016; houve a constituição do Conselho Diretor decorrente  
279 da 6ª. Conferência das Cidades em quatro de agosto. Tivemos sete reuniões do Conselho Gestor.  
280 Tivemos aquelas oficinas preliminares de participação popular e culminou numa reunião na Câmara  
281 em quatorze de dezembro. Então esses foram eventos que ocorreram numa cronologia, do qual foi  
282 produzido um acervo de informações técnicas do registro das discussões do Conselho e das oficinas  
283 que estão todas no Planejamento hoje, e Urbanismo e Sustentabilidade. Bom, com a mudança da  
284 gestão, inclusive para quem me conhece, eu tenho vinte e oito anos de Prefeitura, retornei para o  
285 Planejamento. Houve o convite de retornar ao Planejamento. A primeira ação que nós tomamos foi o  
286 quê? Que a equipe do planejamento, que a gente reconhecesse, relesse todo o material porque essa  
287 reunião pública da Câmara, ela gerou uma espécie de uma leitura técnica preliminar a partir de uma  
288 série de informações técnicas das secretarias que nós tivemos que fazer essa leitura desse documento  
289 preliminar e fazer um estudo comparativo. Inclusive depois eu vou explicar, para a gente poder  
290 realmente caminhar. Então, em 2017, o que é que acontece? Qual vai ser a cronologia? A gente vai  
291 ter um diagnóstico técnico que nós temos que apresentar vocês em função do que aconteceu no ano  
292 passado e da releitura que fizemos agora. Nós temos o quê? Oficinas de participação popular para  
293 referendarmos esse diagnóstico técnico, então nós voltaremos a fazer as oficinas de participação  
294 popular, entendendo que esse documento técnico precisa ser submetido e a população precisa se  
295 manifestar sobre ele e acrescentar informações a ele. Com isso, nós vamos consolidar esse  
296 diagnóstico e aí passa a ser um diagnóstico da cidade. A partir desse diagnóstico, ainda em 2017 é que  
297 nós conseguimos elaborar as diretrizes técnicas do Plano Diretor e aí a gente imagina que dentro de  
298 uma temporalidade que nós vamos estar realmente discorrendo sobre um cronograma e um  
299 fluxograma de ações, em 2018 nós conseguimos fazer as audiências públicas referentes a essas  
300 diretrizes e elaborar um projeto de lei para o devido encaminhamento ao legislativo, para aí siga o  
301 trâmite dentro do legislativo. Então, uma cronologia que eu vou depois agora detalhar seria essa. Nós  
302 resgatamos 2016, nós temos uma série de ações aqui para 2017 que nós temos que consolidar um  
303 diagnóstico e as diretrizes junto com a participação popular para que em 2018 façamos as audiências  
304 da proposta propriamente dita. Com isso, a gente já sinaliza que o Plano Diretor não se esgota nesse  
305 ano. No nosso entendimento ele tem que caminhar dentro de uma lógica de trabalhos técnicos junto  
306 com o conselho, com os demais conselhos. A gente vai mostrar que não é só com o Conselho gestor.  
307 Nós temos uma série de conselhos da prefeitura que nós também que submeter à apreciação deles.  
308 Então é um caminho longo que a gente conta com a colaboração de todo mundo que culmina, na  
309 melhor das hipóteses, no ano que vem, em 2018. Daí a gente vai apresentar esse calendário  
310 oportunamente. Pode passar, Paulo.  
311 Então, em 2017, o que é que nós produzimos até agora? Quer dizer, a Prefeitura, durante seis meses,  
312 ela não ficou parada, porque ela tinha um acervo de informações lá dentro, do qual nós técnicos e  
313 principalmente eu que estou retornando, Manara que assumiu a Secretaria, os outros diretores,  
314 precisavam conhecer esse material mais a fundo. Então nós fizemos o quê? Nós revisitamos o  
315 relatório da leitura comunitária. Leitura comunitária foi aquele decorrente das oficinas de capacitação  
316 e sensibilização que foram feitas no ano passado. Nós também, existiu um diagnóstico, uma leitura  
317 técnica preliminar que foi aquela que o secretário então, Pedro Ribeiro, discorreu sobre ela na Câmara



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

318 em quatorze de dezembro. Então nós também tivemos que fazer uma leitura desse material da leitura  
319 comunitária e desse documento. E aí, nós achamos oportuno durante esse período de seis meses que  
320 nós revisitássemos o Plano Diretor 2006 porque é uma lei, o Plano Diretor 2006. Tem uma série de  
321 objetivos e diretrizes. E aí nós conversamos com cada secretaria para que ela também fizesse uma  
322 complementação daquele documento eu ela havia enviado no ano passado sobre uma análise se  
323 aquelas diretrizes e metas estabelecidas (palavra ininteligível 00:46:30) a lei, da legislação, seguiram,  
324 foram cumpridas, não foram cumpridas, por que deixaram de ser cumpridas, daí a gente tivesse um  
325 panorama mais geral da eficácia do Plano Diretor de 2006. Por isso, a gente passa a ter o quê? Uma  
326 leitura técnica mais completa em relação ao que foi produzido e o que a gente está buscando  
327 complementar dentro da Prefeitura. Então, revisamos os documentos do ano passado, fizemos esse  
328 estudo comparativo que já está pronto que são os azuis ali. O que é que nós estamos fazendo nesse  
329 momento? Então, nós estamos recebendo das secretarias as complementações das informações que  
330 nós julgamos necessárias quando do estudo comparativo que nós fizemos no decorrer desses seis  
331 meses. E ao mesmo tempo, na medida em que essas informações estão chegando, essas informações...  
332 eu vou dar um exemplo aqui. A Educação, ela manda informações atreladas à questão pedagógica da  
333 educação, mas manda informações também atreladas à questão da capacidade de atendimento dos  
334 seus equipamentos. Então, a gente fala, a capacidade de atendimento das escolas fundamentais, da  
335 questão das creches, do ensino infantil, e essa informação, ela é importante para a organização do  
336 território, para a política do Plano Diretor. A questão pedagógica é fundamental para a cidade, para o  
337 cidadão, mas não está atrelada diretamente à política do Plano Diretor no sentido de desenvolvimento  
338 e organização do território. Então, nós estamos fazendo uma filtragem das informações e estamos  
339 pegando aquelas informações que são pertinentes à política de desenvolvimento territorial e nós  
340 estamos criando uma série de chamadas Cadernos Temáticos, onde nós fazemos esses cadernos, o  
341 IMPLAN tem nos ajudado nesse sentido, mas toda a coordenação técnica é da Prefeitura, a orientação  
342 técnica é da Prefeitura nesse sentido, nós criamos esses cadernos em que nós estamos trabalhamos  
343 com três dimensões de análises. A físico-territorial, a infraestrutura e a socioeconômica e  
344 demográfica. Pode passar, Paulo.  
345 Bom, então o trabalho que a gente está desenvolvendo agora é o seguinte. Tudo isso é pra gente ter  
346 um diagnóstico mais refinado para trazer a vocês e levar para a comunidade para uma participação  
347 popular para que a gente realmente possa discutir a realidade dessa cidade junto com a população.  
348 Bom. A dimensão físico-territorial, a exemplo de, por que aqui é algumas das variáveis, então os  
349 atributos naturais e as condições legais, hidrografia, relevo, declividade, áreas de risco, geotecnia, as  
350 restrições de APAs e DCA, TPs, uma série de condicionantes que interferem no território. A dimensão  
351 de infraestrutura é outro mapa temático. Vai o quê? Os equipamentos públicos comunitários. Como é  
352 que está o atendimento da saúde, como é que está o atendimento da educação, como é que está o  
353 atendimento do esporte, como é que está o atendimento da FUNDHAS, da Fundação Cultural com  
354 seus diversos equipamentos? A cidade, ela é plural, tem regiões que são mais adensadas, tem maior  
355 população, menor população, tem regiões que têm rendas diferenciadas. Então a gente precisa  
356 entender o cliente do serviço público. E aí a gente também passa pela questão de índice de cobertura  
357 de áreas verdes, os parques, se eles têm funcionado. Os parques eram uma prerrogativa do Plano  
358 Diretor de 2006. Foram implantados? Quantos foram implantados? Tiveram a funcionalidade? Tem  
359 toda essa leitura. O sistema viário. Em que condições estão nossos sistemas viários. Existia uma  
360 estrutura viária no Plano Diretor, lá. Foram implantadas vias? Mudou? Como é que está a situação de  
361 saturação? Tudo isso a gente está procurando fazer uma leitura interna. A questão da habitação. Os  
362 programas habitacionais que seguiram durante esses dez anos, como é que está o déficit, onde está o  
363 déficit regionalmente falando? Quer dizer, todos esses mapas... A gente está tentando sintetizar a  
364 informação para traduzir de uma forma muito clara para a sociedade, para os conselhos. E a evolução  
365 urbana, como ela aconteceu nesse período. E a gente tem uma terceira dimensão que é  
366 socioeconômica e demográfica, que é a população. As características e condição de vida dessa  
367 população, a densidade habitacional dos setores, o trabalho, a questão de faixa etária, a questão de  
368 renda linkada (ligada) a trabalho. A vulnerabilidade social, onde essa população é mais vulnerável ou  
369 não em relação à sua condição de vida. Então, de porte desses três Cadernos Temáticos a gente  
370 consegue traduzir melhor essa cidade para conversar com vocês e conversar com a sociedade, porque



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

371 essa informação da forma como estava vindo, muito textual, ela estava vinculando questões muito  
372 específicas já com a secretaria, com questões relevantes para a organização do território. Vamos lá.  
373 Bom, aí a propositura desse plano de trabalho, como é que ele segue? Como é que a Prefeitura acha  
374 que é oportuno para a gente conhecer a realidade dessa cidade? A partir desses Cadernos Temáticos  
375 em que a gente tem essas três dimensões, nós temos aqui como proposta fazer um cruzamento dessas  
376 variáveis por dimensões de forma a criarmos indicadores espaciais. Então, indicadores espaciais  
377 físico-territoriais, indicadores espaciais de infraestrutura e indicadores espaciais socioeconômicos para  
378 que a gente possa com esses indicadores, aí sim, começar a alinhar a proposta. Então esse é um  
379 trabalho também que requer uma consultoria especializada que a gente já está procurando viabilizar  
380 para contratar porque envolve estatística, envolve cruzamentos de informações e a gente precisa de  
381 modelos aí para que a gente possa chegar. Então, assim, de posse de um diagnóstico de secretarias  
382 com Cadernos Temáticos de assuntos específicos, cruzar essas informações, estabelecer indicadores  
383 para que a gente, de fato, possa entender cada localidade dessa cidade que, para efeito de  
384 planejamento, ela é setORIZADA hoje. Nós temos um macrozoneamento, nós temos uma regionalização,  
385 nós temos uma setORIZAÇÃO socioeconômica e nós temos setores censitários. Então nós temos que  
386 entender essa cidade nos seus vários compartimentos. Agora, a proposta, na medida em que nós  
387 tivemos esses indicadores, como é que nós vamos construir essa proposta? Aí nós também estamos  
388 buscando uma assessoria urbanística, porque aí eu tenho uma realidade, um diagnóstico, eu tenho os  
389 indicadores, como aplicar esses indicadores diante de uma metodologia para que a gente possa propôs  
390 dentro do regramento do Estatuto da Cidade e a aplicabilidade de seus instrumentos. Então a gente  
391 precisa aí também de uma consultoria urbanística nesse sentido, que nós estamos buscando para  
392 atrelar a essa proposta. Vamos lá. Bom, isso eu falei toda a questão técnica. Agora, como é que vai se  
393 dar essa relação dessa questão técnica com a questão participativa, a participação do cidadão. Então,  
394 nós estamos pensando o seguinte. Como nós somos três eixos aqui, nós temos uma fase de  
395 diagnóstico que eu falei. Falei uma fase de proposta, falei uma fase de projeto de lei. Então, essa fase  
396 de diagnóstico, a partir do momento em que a gente tiver todo esse dado compilado com toda essa  
397 leitura, esse retrato mais preciso da cidade, nós vamos para consolidar esse retrato junto à sociedade,  
398 porque nós estamos entendendo que ele é uma leitura dos técnicos. Daí eu preciso da leitura social, da  
399 leitura da comunidade. Então, como é que ela vai ocorrer dentro do nosso conceito, da nossa proposta.  
400 Nós temos um conselho municipal de desenvolvimento urbano que vai estar atrelado a essa discussão.  
401 Nós temos vocês aqui, o Conselho Gestor, nós temos conselhos setoriais, nós temos o COMAM, nós  
402 temos o Conselho de Habitação, nós temos os demais conselhos. Nós temos que submeter também e  
403 percorrer esses caminhos. E, junto a isso, a ideia e intenção é voltar, de novo, a realizar oficinas  
404 através das reuniões públicas, e daí nós precisamos formatar o outro modelo de oficina. Precisamos  
405 fazer um balanço, se aquele modelo utilizado no passado permanece. De que forma ele pode ser  
406 aperfeiçoado para que a gente refaça essas oficinas já dentro de uma nova ótica. Já com um  
407 diagnóstico da Prefeitura para que essa população possa conhecê-lo e discutir conosco. E também, a  
408 intenção é criar uma plataforma online específica do Plano Diretor para que a gente possa ter uma  
409 interatividade com a sociedade. Então isso também está sendo viabilizado dentro da Prefeitura para a  
410 gente ter um canal separado do que é o site da Prefeitura, mas o site é a questão da plataforma do  
411 Plano Diretor. É algo que a gente também está buscando. Bom, uma vez que a gente consiga essa  
412 leitura técnica associada a leitura comunitária e a gente possa ter esse diagnóstico, a gente começa a  
413 desenvolver a proposta. O caminho da proposta é o mesmo... percorre o mesmo caminho da  
414 participação popular, onde a gente submete ao conselho CMDU. Por que é que eu falo CMDU?  
415 Porque é o Conselho da Política Urbana. Por lei, por lei orgânica, pela lei de uso e parcelamento do  
416 solo, obrigatoriamente, o CMDU, ele também tem que opinar sobre a política urbana. Submete a  
417 vocês, submete aos conselhos territoriais. O COMAM tem as prerrogativas também em relação à  
418 política de uso e ocupação do solo. Fazemos junto com a sociedade, aí sim já em formato de  
419 audiência; num primeiro momento aqui, do diagnóstico, as oficinas participativas. Na proposta, a  
420 gente já encaminha mais para um rito de audiência mantendo a plataforma online. Uma vez finalizada  
421 a proposta, é aquilo que eu falei. Proposta, a gente imagina já em 2018, essa parte aqui a gente  
422 consolidar até o final do ano. A parte azul todinha em 2018, onde nós estaríamos apresentando daí, a  
423 partir dessa proposta, a partir de toda essa discussão com a sociedade, de novo, chegando num projeto



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

424 de lei e aí sim, esse projeto de lei, antes do protocolo do legislativo... De novo, CMDU, Conselho  
425 Gestor e audiência pública. Então, é um caminho que a gente enxerga que é um caminho duro, um  
426 caminho árduo em que a Prefeitura tem que, tecnicamente, chegar, apresentar todos os indicadores  
427 para que a sociedade conheça e aí, nos traga o *feedback* delas para a gente construir essa proposta. É  
428 um caminho longo, árduo e que a gente precisa de todo mundo. Pode passar, Paulo.  
429 Então, a participação popular, nós sintetizamos que serão as oficinas que subsidiarão a leitura  
430 comunitária e o diagnóstico final da revisão do Plano Diretor. O formato das oficinas, nós temos que  
431 redefinir, que foi isso que eu falei. Precisamos fazer uma avaliação daquelas oficinas, se vamos  
432 manter a metodologia, como é que nós vamos avançar? Se daquela forma, satisfaz? O que é que  
433 precisa ser feito para garantir maior interação da população? Depois nós faremos essas oficinas, a  
434 realização das oficinas nas seis regiões. Daí a gente está falando, as regiões formais, sul, leste, norte,  
435 sudeste, oeste, centro, e mais São Francisco Xavier. Dentro da questão São Francisco, a gente também  
436 pretende, além de ter o diagnóstico da cidade, criar um diagnóstico específico para São Francisco para  
437 que quando a gente leve, quando das reuniões de São Francisco, a realidade deles lá, mais  
438 aprofundada. Porque os planos que a gente tem feito, ao longo dos anos acaba pulverizando São  
439 Francisco dentro do contexto do Plano Diretor. Então a nossa intenção agora é tentar aprofundar em  
440 São Francisco e oferecer para eles um diagnóstico próprio, diferente daquele da cidade. Não que eles  
441 precisem, que eles não precisam. Eles têm que ter conhecimento da cidade como um todo, mas eles  
442 têm que ter uma informação mais particularizada da região de São Francisco. Isso tudo, as oficinas, as  
443 audiências públicas, a pretensão de fazer seminários técnicos que a gente também está para buscar  
444 profissionais aí, consagrados em relação às políticas urbanas para que a gente possa trocar e trazer  
445 novidades para a gente estar conversando. E a questão da comunicação e da interatividade através de  
446 plataformas específicas para o Plano Diretor. A questão técnica, a Prefeitura, ela tem que fazer o dever  
447 de casa, e a questão participação para, junto, construir esse plano. Pode passar, Paulo.  
448 Então, no nosso entendimento, no final do processo, quais são os produtos desse plano Diretor? É a  
449 leitura técnica preliminar de 2016 que são aquelas oficinas realizadas no ano passado. A leitura  
450 técnica da Prefeitura, a leitura comunitária das oficinas, tudo do ano passado. Esse diagnóstico técnico  
451 que reúne estudo comparativo e Caderno de Mapas Temáticos feitos pela Prefeitura no primeiro  
452 semestre e que a gente está finalizando, o diagnóstico final que é essa leitura técnica do diagnóstico,  
453 mais a comunitária e os indicadores e aí sim, todo o acervo do debate público que envolve as atas dos  
454 conselhos, as atas das audiências, todas as contribuições do site, as formas devidas que nós vamos  
455 criar para as contribuições, aí sim, a proposta do projeto de lei. No nosso entendimento, esse seria o  
456 escopo do produto mesmo do Plano Diretor, para chegar nesse projeto de lei, desse plano. Podemos  
457 ir? Então, as etapas principais desse plano seriam o quê? Diagnóstico, como eu falei; culminar, se  
458 Deus quiser, até dezembro, para a gente começar a construir a proposta do projeto de lei no ano de  
459 2018. A nossa intenção é, na próxima reunião que estaremos marcando, trazer, tentar, transpormos  
460 essas etapas e todas essas ações que temos que fazer dentro de um cronograma de temporalidade, com  
461 datas de reuniões, com datas de oficinas, datas de discussões para a gente formatar as oficinas para  
462 que a gente realmente possa ter um calendário claro, concreto que todo mundo saiba exatamente o  
463 que está acontecendo, em que momento está acontecendo e onde a gente vai chegar. Claro que, ao  
464 longo do tempo, pode ser que determinadas atividades levem mais tempo e a gente pode até discutir  
465 alguns ajustes de calendário. Mas acho que é importante a gente ter o caminho traçado, o roteiro  
466 traçado para a gente percorrer nele. Então acho que a minha fala, basicamente acho que era essa, para  
467 a gente dar um norte nesse plano. A nossa intenção é mandar por e-mail para vocês isso aqui,  
468 disponibilizar para que vocês apreciem para que na próxima reunião, também, quando a gente entrar  
469 com o cronograma, a gente tenha mais condição de diálogo, técnico mesmo, ajustando,  
470 incrementando e fazendo as revistas. Agora, o importante... um minutinho. Eu estou finalizando, daí  
471 eu acho que o secretário vai abrir a palavra. Mas, assim, tentei discorrer de uma forma muito geral, é  
472 muito profundo. A gente tem uma série de informações e temos muito trabalho para fazer na  
473 secretaria porque, além de tudo, nós temos a rotina. A rotina, quer dizer, a mesma pessoa que  
474 desenvolve o plano é aquela que aprova projeto, eu tudo, então é desgastante, mas nós estamos aqui,  
475 dispostos a trabalhar, porque somos servidores. Então acho que é isso. Neste ponto, o Dir. Oswaldo,  
476 encerrou sua apresentação e passou a palavra para o presidente do Conselho.



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

477 **Marcelo Manara** - Agradeceu o Diretor Oswaldo pela explanação sobre o tema e em seguida abriu  
478 espaço para inscrição dos interessados à fala dos debates e lembrou que todos se identificassem com o  
479 nome e a instituição.

480 **Arlindo Régis** - Movimento Defende São José. A minha pergunta é a seguinte: um dos principais  
481 objetivos do Conselho Gestor é justamente opinar e oferecer subsídios à metodologia do trabalho e de  
482 se fazer a revisão do Plano Diretor. Vocês da Secretaria estão trazendo uma proposta de metodologia.  
483 A pergunta é: - Essa proposta, ela poderá sofrer sugestões de modificação ou nós vamos ter que ter  
484 isso como uma coisa já consolidada?

485 **Marcelo Manara** – Sugeriu que façam uma dinâmica e que peguem três considerações e três  
486 perguntas e respondam em bloco.

487 **Maria Rita** – Na realidade, eu já entendi que isso é uma proposta, e proposta é para a gente discutir,  
488 então eu mesma já me respondi e em cima desse entendimento, eu queria parabenizar vocês, que  
489 fiquei agradavelmente surpresa de já ter uma linha de discussão e de que na próxima reunião esse  
490 conselho já possa discutir realmente um cronograma e aprovar uma linha de discussão, porque a  
491 linha, a metodologia, esse conselho que aprova, então por isso estou entendendo como uma proposta,  
492 mas já dando os parabéns porque vocês já caminharam bastante, organizaram o que estava muito  
493 desorganizado.

494 **Walter Brant** - Boa noite. Walter Brant, arquiteto, representante a Associação de Engenheiros e  
495 Arquitetos e outros. Primeira coisa par o Oswaldo aí, é um pedido, sugestão. Em relação à linha de  
496 trabalho, foi apresentada, assim, vai ouvir as pessoas, nós aqui, a localidade, mas eu sugiro aqui  
497 também que ouça e pesquise o pessoal da AGENVALE gora enquanto a região metropolitana do Vale  
498 e questão do estado também. Porque políticas de desenvolvimento, trem bala, questão energética,  
499 transportes, logística, isso também influencia, e Plano Diretor é para dez anos. Então, aqui, está tudo  
500 só pensando no umbigo. Então a gente tem que ver essa relação cidades vizinhas, estado, políticas  
501 para o estado e para as cidades também. Não pode esquecer isso aí. Outra coisa também, nós  
502 enquanto grupo, eu acho que o poder público está aqui, bem intencionado para ter solução e todos  
503 aqui também. Não adianta se meu pé direito erra a bola, o meu pé esquerdo chuta o direito e não vai  
504 resolver nada. Eu só não vou andar. Antes, a gente tem que ter paciência com todos para a gente fazer  
505 um bom trabalho aqui. E mais uma coisa, depois eu lembro, eu falo. Obrigado.

506 **Marcelo Manara** – Sugeriu que fossem respondidas três questões inteiras e perguntou se além do  
507 Gabriel, tem mais questões; prosseguiu para informar que antes de passar às considerações do  
508 Oswaldo, dentro do que está sendo discutido é importante sempre ressaltar a oportunidade que um  
509 colegiado multidisciplinar com experiências distintas, esse é o propósito de todos os colegiado - de  
510 aglutinar essas experiências e no esforço do bem comum para construir uma política pública e do  
511 tamanho de uma política pública que é o Plano Diretor. Então, as contribuições, elas não somente são  
512 necessárias, como imprescindíveis e que estão também formatando que nessa primeira conversa, é  
513 impossível colocar tudo em nível de detalhe, mas que está sendo também construído um canal de  
514 comunicação diferenciado. E que haverá uma estratégia de comunicação específica para o Plano  
515 Diretor. Dentro dessa estratégia, algumas plataformas de interatividade, não só com toda a  
516 comunidade, toda a sociedade, para abrir o campo de contribuições de colheita de contribuições, mas  
517 um específico com o Conselho Gestor. É importante que o Conselho Gestor, não tenha somente nos  
518 momentos das reuniões, a oportunidade do incremento do debate, do contraditório, enfim...mas tudo  
519 isso otimizando. E que estão pensando em utilizar estratégias mais modernas do que rol de e-mails.  
520 Explicou que hoje já tem ferramentas mais ágeis e oportunas, então também é uma das linhas  
521 consultivas que está sendo contratada para trazer a inovação na estratégia de comunicação e numa  
522 plataforma de interatividade para poder, aí sim, coletar, colecionar todas as contribuições da sociedade  
523 e em separado do Conselho Gestor. Em seguida, perguntou ao Diretor Oswaldo se ele quer responder.

524 **Oswaldo Vieira Junior** - trecho inaudível falado fora do microfone 01:16:14:04 - 01:16:19:04...  
525 Preocupação, que eu acabei não adentrando aqui nos detalhes, mas nos diagnósticos também, a gente  
526 tem buscado informações, a questão da inserção regional, da questão metropolitana, porque era uma  
527 informação que a gente percebeu que precisava ser complementar. Então, esses Cadernos Temáticos  
528 também vão trazer informações regionais, principalmente como é que está o padrão de urbanização  
529 dos municípios limítrofes para a gente ter uma política mais sintonizada, não só na questão urbana,



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

530 mas na política ambiental, em relação aos tributos que cada município tem. Nós estamos numa  
531 mesma situação geográfica, então há uma preocupação sim. É que acabei não detalhando, mas acho  
532 que é sempre válida essa sugestão. Os outros planos ficaram carentes desse tipo de abordagem e a  
533 intenção é que, realmente, nesse plano, a gente consiga avançar na questão regional.

534 **Marcelo Manara** – Comentou que, apenas complementando o que o Oswaldo colocou, eles já  
535 estiveram com o Secretário de Planejamento Urbano e equipe da Prefeitura de Campinas, porque  
536 Campinas já exercita a discussão de revisão de seus Planos Diretores no contexto metropolitano, e  
537 então eles foram buscar dessa fonte, daqueles que já têm essa “expertise,” quais são as dificuldades e  
538 oportunidades de discutir uma política pública dentro de uma região metropolitana – visto que São  
539 José dos Campos é a primeira que fará esse exercício na região metropolitana do Vale do Paraíba.  
540 Comentou também que já foram nessa semana em São Paulo e estiveram com o Secretário Natalini e  
541 sua equipe para discutir algumas questões observadas da discussão do Plano Diretor de São Paulo,  
542 porque na Secretaria do Verde em São Paulo, que vai repetir aqui, aquilo que já foi falado desde  
543 janeiro e que ele falou em público: - É uma das estratégias que foi apresentada aqui rapidamente, mas  
544 nós teremos uma consultoria específica para a questão da sustentabilidade. Então é proposta de  
545 termos um Plano Diretor da Sustentabilidade com o olhar diferenciado em razão dessa  
546 permeabilidade da questão da sustentabilidade dentro das políticas públicas. Então, tivemos lá com o  
547 Secretário Natalini e equipe para colhermos informações com relação àqueles Planos Diretores.  
548 Lembrando que São Paulo fechou o Plano Diretor em 2014, Campinas há dois anos e meio discutindo  
549 seu Plano Diretor ainda não fechou, e nós estamos nesse caminho aí, passados aí praticamente nove  
550 ou dez meses em construção do Plano Diretor. Três momentos diferenciados, mas com cidades e  
551 regiões que, logicamente, à exceção de São Paulo, mas que se assemelham enquanto se enxergar  
552 dentro de um novo contexto em razão da região metropolitana.

553 **Gabriel Alves** - Acho que a proposta apresentada pela administração pública, até ela pode vir mais  
554 para frente a convergir numa discussão com o Conselho Gestor, mas no meu entendimento, inclusive  
555 de metodologia que nós adotamos seguindo os próprios regimentos de discussão de discussão de  
556 Plano Diretor participativo é que os processos, em todas as etapas, inclusive até técnica, elas são  
557 participativas. Não cabe, por exemplo, setor técnico da administração pública se debruçar sobre os  
558 documentos técnicos depois trazer esses documentos ao colegiado para eles serem apreciados  
559 segundo o enfoque, o olhar desses técnicos. Essa é a razão dele ser participativo, que é a discussão do  
560 processo. Nós não vamos só discutir isso lá no diagnóstico final. Nós vamos discutir nas etapas, nos  
561 relatórios de parciais. Tanto é que nós instalamos uma câmara técnica no Conselho Gestor para poder  
562 fazer os encaminhamentos metodológicos. Se dermos os rumos para os procedimentos, pode ser que  
563 até a câmara técnica vá convergir em alguns pontos. Obviamente pode inverter alguns procedimentos  
564 que no meu entender, eu acho que temos que primeiro fazer um balanço desse período das oficinas  
565 antes de introduzir uma nova etapa. Eu acho que a câmara técnica tem que voltar ao funcionamento e  
566 rediscutir, inclusive, esse cronograma. Ver inclusive qual, o que, a equipe técnica já absorveu dentro  
567 da sua proposta, compartilhar isso, tirar uma metodologia, fazer essa leitura conjunta, senão perde o  
568 caráter. Porque, na realidade, não é administração pública, o setor técnico vai submeter a esse  
569 colegiado. É esse colegiado que coordena o processo. Então, é uma relação paritária, isonômica,  
570 senão ele passa a ser um plano que vai ser colocado na ótica da administração pública, apoiada numa  
571 visão de uma consultoria que pode estar dissociada e ser pendente dos direitos divergentes da  
572 sociedade civil. Eu acho que ela tem que ser debatida exaustivamente. Nós não temos que ter pressa.  
573 Tem que ser, que fazer não só o balanço de 2006, porque 2006 não fez o balanço do plano de 95, não  
574 fez o balanço do recorte da colcha de retalhos que foi a lei de zoneamento a 16597. Então, todos esses  
575 impactos, nós temos que avaliar a capacidade de suporte, de infraestrutura, fazer um inventário  
576 ambiental que nunca foi feito. Então esses documentos, essas relações compartilhadas, nós não  
577 chegamos a começar a anotar essa introdução. Acho que nós temos que rever isso. Acho que esse é o  
578 momento. Acho que é até tardio, inclusive, por esse vácuo de seis meses. Ainda que vocês podem, na  
579 expertise de vocês, terem desenvolvido uma leitura, avançado, mas isso para nós, não chegou ao  
580 nosso conhecimento. E, aliás, eu até deixo como encaminhamento que todos os documentos sejam  
581 compartilhados, ainda que seja no e-mail ou por Google Drive a esse conselho previamente para já  
582 enriquecer o debate. Ainda que haja divergência, mas que a gente possa ter um debate para pegar,



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

583 chegar à busca do consenso. Ou a busca de dissenso também. É esse é um encaminhamento que a  
584 gente tem que ter essa preocupação. É esse o momento, o balanço nós tempos que fazer e esses  
585 balanços têm que ser periódicos, têm que ser construídos nesse coletivo. Esse coletivo, ele é de...  
586 **Marcelo Manara** – Pediu ao Gabriel, que concluísse sua fala.  
587 **Gabriel** – Não, esse coletivo ele é heterogêneo, tanto em sua formação política como na sua  
588 formação técnica. Mas pode muito contribuir nesse processo participativo. Eu acho que o olhar que  
589 nós queremos construir uma cidade sustentável é nessa realidade coletiva.  
590 **Miguel** - Bom Miguel do INPE. Eu queria me juntar à Maria Rita no primeiro momento e dizer  
591 também que eu estou, fiquei muito feliz em princípio e eu acho que a forma como o Oswaldo  
592 apresentou a perspectiva de retomada, embora não diretamente a gente possa observar, a gente precisa  
593 retomar, nós também precisamos retomar os documentos passados. Mas, na minha cabeça, na minha  
594 memória e no que eu tenho, eu acho que o caminho, aquilo que foi discutido por esse conselho do  
595 ponto de vista metodológico, está apontado ali e está. E alguma maneira, ele percorre esses elementos  
596 com uma coisa a mais que é um pouco de melhor estruturação para algumas etapas e uma perspectiva  
597 de tempo mais dilatado que foi sempre o que a gente discutiu aqui. Então, eu acho que é um bom  
598 começo. Para mim, é um excelente começo, olhando o que está aí e eu acho que a gente vai fazer esse  
599 ponto, essa pontuação que o Gabriel colocou. Vamos ter um pouquinho o que tiver lá, mas eu acho  
600 que está aí. O essencial está aí. Porque, da forma como está colocado aí, preserva uma coisa que eu  
601 acho que foi um pacto coletivo desse conselho, de entender que o Plano Diretor, esse momento de  
602 revisão do Plano Diretor, é uma oportunidade grande para a cidade não pensar simplesmente no  
603 projeto de lei, mas entender o Plano Diretor, o que eu acho que foi um consenso depois de muita  
604 discussão que a gente teve que ele é um processo. O papel final, o projeto de lei, vai ser, mas o que vai  
605 ficar pra cidade vai ser esse processo que a gente vai fazer para essa gestão, para a próxima, é esse  
606 processo que está aqui e aí ele tem um caminho. Também a inclusão de um representante de algum  
607 nível da questão metropolitana, foi da AGEN, poderia ser do conselho, poderia ser um representante,  
608 é agência, poderia também ser representante do conselho do qual também faço parte, do conselho  
609 metropolitano. Esqueço o nome, conselho de desenvolvimento... Enfim. Mas é como dizia a saudosa  
610 Berta Becker, uma das maiores geógrafas brasileiras, “o que não está na agenda, não existe”. Então, o  
611 fato da gente trazer a AGEN reposiciona a agenda a questão metropolitana e não dá pra pensar mais,  
612 não dá pra pensar mais em fazer plano diretor urbano sem pensar na questão metropolitana. Então,  
613 essas questões eu acho que com pequenos ajustes, a gente... e acho que isso vai ser possível como foi  
614 no passado, mas a estruturação acho que é essa. Mas eu acho que a gente pode pensar em algumas  
615 dimensões que tragam para a agenda de fato, por exemplo, nas dimensões propostas, Oswaldo, que lá  
616 atrás também não aparecia claramente, mas agora ela pode aparecer, uma dimensão metropolitana.  
617 Ela é transversal a essas questões e ela deveria aparecer. Se ela não aparecer, ela não vai ser estudada,  
618 ela não vai ser observada e tal. A outra questão é, na leitura técnica, como o Gabriel fala essa  
619 constituição da metodologia, ela é fundamental, porque toda metodologia, daí é uma área que eu  
620 trabalho, que é uma área de pesquisa há vinte e cinco anos. É onde eu trabalho é a construção de sócio  
621 indicadores reais de desenvolvimento, enfim. A questão central na construção de indicadores,  
622 principalmente indicadores que tratam, que são indicadores que têm uma associação direta com  
623 populações, ou associação direta com a questão dos sistemas sociais que ela tenta representar, não dá  
624 simplesmente para a gente pensar que esses indicadores medem alguma coisa. Na verdade, eles  
625 constroem a realidade social. Então, a questão da leitura técnica é fundamental, e quando ela está  
626 baseada em indicadores, vai ser fundamental que esse conselho ou que a câmara técnica, num  
627 primeiro momento, discuta com esses consultores, que acho um bom caminho também, mas o que  
628 eles estão propondo. Porque a partir do momento da construção e da definição desses indicadores,  
629 muita coisa vai ficar de fora e muita coisa vai ficar de dentro. Então, a construção, essa metodologia  
630 baseada em indicadores, ela é necessária, talvez a única forma de evoluir, mas ela tem um risco  
631 grande e o risco é que ela fique tecnicizada demais, pensando que a gente pode construir esses  
632 indicadores... São técnicos; a gente vai medir coisas, agora, a gente mede coisas para representar  
633 coisas. E as coisas que não estiverem medidas, nem representadas estarão fora da agenda. Estarão fora  
634 da discussão. Então, essa discussão é fundamental que este conselho faça. Quais são esses  
635 indicadores? O que eles estão expressando? O que eles estão revelando? O que eles estão ocultando



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

636 da cidade? O que eles trazem para o debate e o que eles não trazem para o debate? Então, essa  
637 estruturação, que é excelente, eu diria... Eu só quero contribuir e já começar a contribuir. Eu acho que  
638 isso é a discussão maior, além do cronograma, é fundamental esse cronograma, mas é fundamental a  
639 gente discutir como é que a gente abre essas questões. E quando você diz que o centro da sua  
640 discussão para promover leitura coletiva... E é importante que seja por aí. Ele vem de uma leitura  
641 técnica e essa leitura técnica é baseada na construção de sistema de indicadores, essa construção de  
642 sistema de indicadores é fundamental. Então, esse consultor, enfim... Quem estiver produzindo esse  
643 sistema de indicadores vai ter que, antes de produzir o sistema de indicadores, dizer como é que eles  
644 vão ser construídos. Para que a gente possa não construir indicador à toa e possa construir indicadores  
645 que tenham a ver com esse coletivo que é um nível de representação, antes de a gente chegar na  
646 leitura comunitária mais ampla, mas que já chegue com várias visões. Senão a gente cria o que a  
647 gente chama tecnicamente de... A Vera Teles, uma socióloga urbana, ela chama de "regime de  
648 visibilidade". A gente vai cone numas coisas e vai esconder outras coisas. O indicador é muito bom, é  
649 excelente, talvez, a única coisa...

650 **Marcelo Manara** - Miguel. Pode ir concluindo, por favor.

651 **Miguel** - ... e talvez a única coisa que a gente tenha que fazer do ponto de vista metodológico, mas a  
652 construção dele é onde vai nascer o conflito, é onde vai nascer discussão, debate, a pactuação, que é o  
653 que a gente espera. Então, é isso que eu espero. Que quem está conduzindo tecnicamente o plano  
654 agora, pense em fazer, ou seja, a discussão essencial não é trazer indicador pronto. É como ele vai ser  
655 construído.

656 **Gianfranco**- Pode falar? Gianfranco, pelo SINDUSCON. A gente percebe, inclusive pelo  
657 representante do INPE que me precedeu e todos os outros... A gente percebe muito bem o quanto esse  
658 Plano Diretor está realmente bem encaminhado. Tanto pelo que o Oswaldo nos apresentou desses  
659 trabalhos desses seis meses como de todas as pessoas, todas, que a gente ouviu. Sem pensar em  
660 matizes ideológicas - nada disso. A gente vê, realmente, uma preocupação Manara, muito grande para  
661 que esse Plano Diretor seja realmente exaustivo e isso nos satisfaz muito. Mesmo a nós, uma entidade  
662 meramente empresarial, a gente ouvindo o que se propõe a fazer e o que nós nos propomos a discutir.  
663 Eu concordo com o que o engenheiro que me precedeu, do INPE, que nós estamos começando muito  
664 bem. A minha colocação é, talvez, seja uma colocação que, em princípio alguém possa até imaginar  
665 precipitada. E eu quero dizer o seguinte. Nós, há bom tempo, há um bom tempo, as nossas empresas  
666 vêm sofrendo, não só com o problema da crise atual que todos conhecem, uma crise instalada e que,  
667 levemente dá sinais de querer ser recuperada, e muito levemente. Mas há sinais. Mas também houve  
668 uma participação talvez de uma lei de zoneamento e que nós sempre temos falado isso... Talvez  
669 muitas vezes criticados, muitas vezes apoiados, mas que houve uma lei de zoneamento que,  
670 infelizmente, um grau de restrição muito forte, também pediu que nove empreendimentos como estão  
671 aí, a olhos vistos, que não se iniciam. A minha colocação é a seguinte: se a Prefeitura imagina,  
672 concorda, prevê, planeja que sabedores que somos que o Plano Diretor é a peça mãe, o Plano Diretor  
673 nada pode sobrepor e nada pode ser acima do Plano Diretor e a lei de zoneamento, como muitas  
674 outras leis, tem que se ater a isso. Concordo plenamente, todos nós concordamos. Isso já está,  
675 sobejamente, já aprovado. Mas de certa maneira, recuperarmos um tempo que foi perdido.  
676 Infelizmente se perdeu tempo. A lei de zoneamento, a administração passada, o prefeito  
677 Carlinhos tentou aprovar e foi infeliz, não conseguiu. Eu queria perguntar o seguinte, tanto ao  
678 secretário, aos seus colaboradores como também aos colegas aqui que, junto conosco, fazem parte do  
679 conselho. Seria válido tudo para que os tempos se abreviem, que se inicie, não sei se agora ou pouco  
680 mais adiante, que eu sei que o Plano Diretor vai levar seu tempo, em paralelo, a discussão de uma  
681 nova lei de zoneamento que não se sobreponha, mas que em paralelo se inicie uma discussão para que  
682 não cheguemos ao final do Plano Diretor, quando aprovado pela Câmara, aí começar do passo zero  
683 uma nova lei de zoneamento que nós sabemos que também é complexa, mexe com muitos interesses.  
684 Qual a possibilidade de a Prefeitura iniciar em paralelo uma nova lei de zoneamento?

685 **Marcelo Manara** - Bom, já foram três, né? A questão colocada pelo Gabriel, eu acho até pela  
686 expertise desse colegiado, e como eu disse antes, é desnecessário nós pensarmos na questão restrita  
687 aos momentos nas reuniões. Eu acho, sim, Gabriel, e devolvo isso como um desafio saudável, salutar,  
688 de construção democrática para que possamos colher todas as opiniões e vertentes que vão definir a



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

689 multidisciplinaridade e pluralidade de opiniões que deve conter um Plano Diretor que todos os grupos  
690 e representantes setoriais aqui possam se apropriar também das questões de documentos técnicos e  
691 oferecer a sua leitura. Eu acho que os nossos colegiados enquanto exercício, e aí eu falo inclusive  
692 pessoalmente, da minha experiência em vários colegiados, nós, de certa forma, nós falhamos nisso a  
693 ficar a espera de... Os conselheiros não são passarinhos no ninho esperando a Prefeitura oferecer  
694 quais são os pressupostos, metodologia, diagnósticos e tudo mais. Vamos construir isso em paralelo.  
695 Organizem-se, promovam discussões nos setores que são pares, que tenham a mesma leitura, que  
696 tenham o mesmo entendimento e ofereçam contribuições. Tragam aqui, vamos debater quais sejam as  
697 sugestões e contribuições e construções que vocês tenham a posicionar para que possamos discutir  
698 aqui, amplamente. Mas eu falo além da Câmara Técnica. Além a Câmara Técnica. Eu acho que, nas  
699 suas representações aí, aquilo que você traz aqui como representatividade, nos seus pares, vocês  
700 podem também se apropriar desses momentos de discussão, porque é isso que está ali descrito naquilo  
701 que eu li no artigo segundo do decreto que define o que é um conselheiro. É aquele que vai até a sua  
702 comunidade, que vai até a sua instituição e colhe contribuições e faz construir um plano. Que faz  
703 construir um plano. Porque a figura do conselheiro, ela se tão somente participativo na reunião, está  
704 aquém do que está descrito ali no artigo segundo. Então, nós esperamos a contribuição de vocês.  
705 Façam essas leituras, os documentos são todos documentos públicos. Façam essas leituras, criem  
706 essas decodificações na leitura que vocês entendem como propositivas aí, para esse momento que as  
707 reuniões sejam tão somente os momentos de aglutinar esses esforços. O que nós esperamos de todos  
708 os conselheiros é que façam o esforço da reunião para frente, como preparatória da reunião que virá.  
709 E é Isso. E muitas vezes assumo como participei dessa fragilidade do nosso posicionamento enquanto  
710 cidadão. Nós falhamos, nós pecamos nisso. Muitos saem daqui e fecham na gaveta as contribuições  
711 que estão aqui e voltam para cá dizendo “eu sou representante”, mas não exercitou a sua  
712 representação na plenitude como o decreto e diz e como mais, como um cidadão deve agir. Então está  
713 aí esse desafio saudável para que nós tenhamos essa colaboração. Se debrucem também nesses  
714 documentos e tragam essas proposições.

715 **Oswaldo Vieira** - Eu só queria falar do Miguel ali. A gente tem conversado sobre as questões dos  
716 indicadores nesse aspecto que você abordou, por isso que o nosso entendimento é que ele é uma  
717 ferramenta, mas a gente vai ter que ter outros olhares. Ele vai ajudar muito na construção da proposta,  
718 mas não pode ser o único instrumento da proposta. Então, é exatamente por causa disso, porque  
719 algumas variáveis, elas têm que ser abandonadas e você tem que selecionar algumas para construir o  
720 indicador. Então você também não pode simplesmente abandonar. Você tem que manter aquele olhar  
721 sob aquele aspecto que não necessariamente tem a entrada no indicador. Nós temos conversado sobre  
722 isso, até para poder formatar junto com esse consultor, para a gente ter mais elementos para conversar  
723 com ele, para formar essa ideia. Acho que vamos trazer para vocês também esse aspecto. Mas já é  
724 uma preocupação nossa isso também. O entendimento que indicador, ele não é isoladamente a  
725 ferramenta que vai definir, mas ele é importante, mas a gente não pode perder aquilo que ele não  
726 considerou, também. Porque são olhares que a gente tem que ter para a cidade e podemos conversar  
727 mais a fundo com você depois. Você pode ajudar bastante nisso, nesse aspecto, pela sua experiência.

728 **Marcelo Manara** - Bom, respondendo ao Gianfranco, então, essa questão do zoneamento que a  
729 gente vive falando, inclusive desde o primeiro mês, porque a gente percebe claramente, há essa  
730 ansiedade, há essa necessidade plenamente justificado para que nós possamos definir novas regras aí  
731 do jogo para São José dos Campos, que São José dos Campos é uma cidade por demais complexa,  
732 dinâmica, e é uma cidade que tem uma pujança pronta para responder a essa crise toda. Graças a  
733 Deus, estamos respondendo, mas até, aqui, vou repetir aquilo que eu disse desde o primeiro mês em  
734 várias reuniões. Seria temerário de nossa parte pegar o boi à unha como um Plano Diretor atrasado,  
735 porque nós... O Plano Diretor teria que ter sido concluído em 2016 porque ele tem até dez anos para  
736 ser revisado, então pegar um Plano Diretor dentro de uma nova gestão, dentro de uma nova estrutura  
737 seria temerário pegarmos dois bois à unha e tentarmos colocar rédea nisso daí. E essa decisão se  
738 mostrou bastante serena, se mostrou bastante correta. Porque o Plano Diretor merece essa dedicação  
739 exclusiva e no momento de sua face de discussão pública, é o momento que vamos ter ainda que estar  
740 cem por cento vocacionados, dirigidos, debruçados sobre o Plano Diretor para que nós possamos  
741 constituir a lei mãe de uma forma como São José dos Campos merece. Mas, eu digo isso, embora nós



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP: 12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

742 tenhamos colocado um adicional aí no prazo de 2018 para concretização do Plano Diretor, porque  
743 também temerário seria de nós definirmos o Plano Diretor com uma data sacramentada em dezembro  
744 de 2017 e pouco importa a qualidade do Plano Diretor, anunciássemos um Plano Diretor frágil, um  
745 Plano Diretor questionável em dezembro de 2017 a fim de cumprir um cronograma que, no dia  
746 seguinte, vai se mostrar extremamente desfavorável para o próprio crescimento e para a própria  
747 dignidade de vida em São José dos Campos. Mas o zoneamento, nós estamos mantendo aquilo que  
748 falamos desde o início, que nós, no dia primeiro de janeiro, estaremos internamente trabalhando na  
749 máquina do zoneamento. Era esse o cronograma que nós tínhamos posicionado e é esse cronograma  
750 que nós estamos assegurando, que é do começo de 2018 estaremos debruçados também aí, fazendo  
751 um paralelismo porque nós entendemos que em janeiro e em fevereiro nós já teremos maturidade  
752 suficiente de condução, o touro do Plano Diretor já vai estar mais, já passado os oito segundos...para  
753 quem é boiadeiro, eu não sou, mas o negócio dos oito segundos... nós ainda estamos nos oito  
754 segundos em cima do touro. Então janeiro e fevereiro, nós teremos um touro já mais aí com a rédea e  
755 já mais coesos, mais integrados na dinâmica, no trem da nova gestão, que uma nova gestão é um  
756 trem, né, ele é pesado, ele demora a engrenar, e quando engrena, ele vai embora. Então, janeiro e  
757 fevereiro nós vamos estar aí a todo gás para dar essa resposta também que a sociedade clama que é o  
758 zoneamento para São José dos Campos. Quem mais?

759 **Fátima** - Meu nome é Fátima, eu represento São Francisco Xavier e eu gostei de ouvir que você  
760 colocou, o seu Oswaldo, na sua explanação fez uma referência a São Francisco e eu só reforço aqui a  
761 vontade dos moradores que é de que seja visto com outro olhar. A gente não está preocupada com o  
762 crescimento, com isso, com aquilo, com a metrópole blá, blá, blá. Não. As empresas que vão dar essa  
763 assessoria, seria muito interessante que conhecesse a alma da cidade. A alma do distrito. E assim  
764 como... eu acredito que toda cidade, qualquer que seja o tamanho dela, ela tem uma alma, ela tem...  
765 São Francisco tem isso. Queira ou não. Então, por experiência nesses meses todos que a gente  
766 participou desse trabalho, três horas na cidade é muito pouco para sentir a cidade e para ouvir os  
767 moradores. Retorno nenhum, sempre. Lei de diretrizes orçamentárias. Nós temos uma hora e meia de  
768 duração de reunião. Três minutos para falar. O que é que é isso? Deu retorno? Não. Lei de  
769 zoneamento. Nós queremos uma lei de zoneamento diferente da que está proposta, que foi feita sem  
770 retorno. O que foi dito foi rescrito de outra forma, a bel prazer. Então, a comunidade passou por um  
771 bobo da corte, entendeu? Porque mudaram a redação, mudaram, pode pegar o vídeo da lei de  
772 zoneamento que aconteceu lá em 2015 e veja se era aquilo que está escrito. Então, fala-se, fala-se,  
773 fala-se, fala-se, fala-se e na hora H não é a vontade das pessoas, porque elas se apresentam... no caso  
774 eu estou tomando sempre referências de São Francisco. Muitas, na sua ingenuidade, etc., pedem  
775 coisas até que não tem nada a ver com o Plano Diretor, sabe. É tão pouco, é assim... Há uma lombada  
776 ali na frente da UPA. Pô, isso aí é obrigação. Isso é o mínimo. Então, é uma ingenuidade, para eles  
777 tem um outro tamanho, e não tem retorno de nada. De nada. Então, eu gostaria que essa nova  
778 administração tentasse entender a alma desse povo que mora lá. Há o espírito e a vocação da cidade,  
779 do distrito, que é um distrito, não é um bairro...e que tivesse esse olhar sobre o que significa São  
780 Francisco até na sua situação geográfica, de turismo e de produtor de água. Então, que isso tem que  
781 ter um olhar diferenciado e não pode só uma passagem de técnico de três horas pela cidade. Me  
782 desculpe mas ninguém analisa nada desse jeito. Então esse é um apelo que eu faço. Outra coisa,  
783 também nas reuniões de divulgação de oficinas etc...na última hora é que se passam... Passou dessa  
784 vez um carro de música avisando. Assim, no dia, no mesmo dia. É por obrigação um mês antes  
785 começar a divulgação e isso tem que ser dessa forma. Se não foi eu que inventei, nem vocês, foi lá no  
786 Estatuto das Cidades. Então eu peço, por favor, que respeitem isso, porque a comunidade não vem  
787 para a cidade todo dia. Às vezes, o cara que mora na zona rural vem a cada quinze dias. E ele conta.  
788 Então, esse respeito eu pediria para que vocês fizessem, por mais que nós de uma comissão, e  
789 fazemos lá. Vocês sabem que estivemos aqui que nós adiantamos o nosso diagnóstico fazendo um  
790 questionário com mais de 500 respostas e trazendo isso em mapa com estatística e tudo mais. Então,  
791 isso foi um trabalho que nós, dias pessoas fizeram. E eu não sei o relatório final de 2016. Eu não  
792 recebi, se alguém recebeu, pelo menos até onde foi dito e estudado, eu gostaria de receber o que foi  
793 feito, o relatório final que foi apresentado em dezembro. Eu não tenho e eu não perdi nenhuma



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

794 reunião aqui em São José, com chuva, com noite, neblina, eu saio de lá e venho aqui. Então, era isso  
795 só que eu queria colocar.

796 **Lincoln Delgado** - Quero dar uma contribuição na linha até do que o secretário falou, não foi  
797 combinado, mas é o seguinte. Eu estou presidente do Conselho de Meio Ambiente de São José e  
798 anunciamos até na última reunião que a gente tem procurado conversar com uma série de entidades,  
799 EGEO, CAU, CREA, OAB, várias das entidades para tentar construir agora, já para setembro, um  
800 seminário com algumas... Obviamente não dá para esgotar a temática "Plano Diretor", mas com  
801 alguns temas a serem abordados, principalmente na área de urbanismo e sustentabilidade. Eu vejo  
802 assim, a gente tem um Conselho Gestor, a gente tem obviamente a Prefeitura como um gerente do  
803 Plano Diretor, mas Fafá, a sociedade civil, através das suas forças vivas, tem que tomar as rédeas e  
804 colocar através de seminários, através de discussões públicas, através de reuniões públicas e São  
805 Francisco Xavier. Por exemplo, a gente identificou dezessete projetos acontecendo em São Francisco  
806 Xavier com quarenta entidades. Eu digo entidades desde como a UNIVAP, ao INPE, a um WWF,  
807 tantas outras entidades interessantes, importantes e que poderiam trazer contribuições a um Plano  
808 Diretor para São Francisco Xavier, especificamente, mas para São José dos Campos também. Então,  
809 eu vejo o seguinte. É óbvio que a gente tem ali uma formalização de um cronograma, mas dentro  
810 desse cronograma é preciso que a sociedade civil, através de suas forças vivas faça também se fazer  
811 ouvir, entender os seus anseios, sindicatos se organizando, os conselhos se organizando e aí a gente  
812 conseguir integrar para o Plano Diretor a vontade da sociedade civil. Porque se a gente esperar só vir  
813 de cima para baixo um diagnóstico pronto, a gente obviamente nunca vai conseguir se satisfazer com  
814 relação a esse diagnóstico. Então eu estou propondo aqui a que cada entidade aqui, congregada ou  
815 não, faça também seu papel de casa e temos aqui entidades que tem condições de mobilizar uma parte  
816 técnica muito grande sobre aquelas temáticas todas apresentadas e aí sim a gente dá uma contribuição.  
817 Porque por mais valorosos e técnico hábeis que a gente tenha dentro da secretaria, é um corpo enxuto.  
818 A gente sabe disso.

819 **Marcelo Manara** – Pede para Fátima, falar ao microfone.

820 **Fátima** - Sim, mas ele se referiu na fala ao meu nome e eu vou responder.

821 **Marcelo Manara** - Tudo bem.

822 **Fátima** - Se outras associações, universidades fizeram um trabalho, não procurou nenhuma  
823 associação ou organização da cidade para mostrar esse resultado. É lógico que nós queremos. Nós  
824 queremos ler tudo, saber como que é. Agora, existe um vazio de comunicação enorme. Eu não sei se é  
825 um vazio que é próprio que nós estamos lá há 60 km, entendeu? E há um pessoalzinho lá caipira, tal,  
826 não sei o quê, entendeu? Venha procurar a gente. Mostre o trabalho. Nós temos comissões lá. Nós  
827 podemos organizar encontros e ouvir todos os estudos, entender todos os estudos.

828 **Lincoln Delgado** - O que eu quis dizer é o seguinte. Essa articulação, obviamente que vai ter que ser  
829 feita entre o poder público e sociedade civil, a gente não pode esperar que só o poder público tome a  
830 frente de organizar isso. Então, a ideia é de que a sociedade civil organizada em São Francisco Xavier,  
831 e tem muita gente interessante lá que pode produzir muita coisa para São Francisco, assim como eu,  
832 enquanto como presidente do COMAM estou colocando de que tenho procurado algumas entidades  
833 para a gente construir um seminário a respeito de urbanismo e sustentabilidade. Eu quero dizer o  
834 seguinte. Se a gente aguardar só a Prefeitura, a gente talvez tenha um produto que fique aquém do que  
835 nós gostaríamos; então a minha fala aqui é no sentido de que todos aqui sejamos agentes de externar  
836 isso para nossas entidades e a gente possa também construir reuniões públicas, seminários, reuniões  
837 nos bairros para provocar esse assunto, entendeu, Fafá? E não esperar a coisa vir pronta. É isso.  
838 Obrigado.

839 **Marcelo Manara** - Só vou fazer um comentário antes da próxima pergunta em atenção a essa  
840 contribuição, mais aí do seu lado, viu, Fafá. Seu lado, eu recebi um telefonema da Bia há dois dias  
841 dizendo que São Francisco está constituindo um grupo independente para debate, discussão do Plano  
842 Diretor. É isso! É essa riqueza pela iniciativa cidadã, não é? É isso que o Conselho Gestor é tão  
843 somente um receptáculo de contribuições ou outro nome que queira se dar. Mas quando a sociedade,  
844 nas suas várias representações, nos seus vários caminhos, em todas as curvas de São José dos Campos  
845 se faz representar pelo exercício de cidadania, a sua voz será ouvida, com certeza. E isso eu lhe



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

846 garanto que é uma questão de respeito mínimo. É as considerações que esses grupos independentes  
847 trouxeram em se fazer ouvidos também.

848 **Ângela** - Desde quando nós estamos na discussão do Plano Diretor, ela fez sozinha São Francisco  
849 Xavier, andou de casa em casa falando do Plano Diretor, fez uma cartilha da parte dela, então, essa  
850 construção nós estamos fazendo. Nós, junto com a Defensoria Pública, demos um documento  
851 dizendo as diretrizes que nós queríamos, até porque surgiu esse Conselho Gestor por conta disso,  
852 então nós, sociedade civil, estamos fazendo há muito tempo isso, há muito tempo. Então isso aí de  
853 dizer que não pode esperar, nós nunca esperamos. Sempre estivermos fazendo e vamos fazer.

854 **Marcelo Manara** - Quando eu falo, Ângela, é justamente enaltecendo aqueles que fazem. Aqueles  
855 que fazem são os imprescindíveis no contexto. É gozado como, às vezes, a cada frase que a gente fala,  
856 é a negatividade né, “que você está acusando”, eu não estou acusando nada. Eu estou enaltecendo,  
857 enaltecendo isso.

858 **Fabiana** - Fabiana, da CONVAP. O Gianfranco já externou muito daquilo que nós pensamos, da  
859 importância da lei de zoneamento, mas uma outra coisa que me preocupa no cronograma também é o  
860 seguinte. Nós, no ano que vem, teremos eleições complicadas. Se a gente esticar demais para mandar  
861 isso para a Câmara muito lá perto do meio do ano ou até para o segundo semestre, vai ser um  
862 calendário complicado. Porque não adianta achar que a gente está vivendo dentro de uma bolha e que  
863 os vereadores vão pensar no Plano Diretor. O ano que vem vai ser um ano em que todo mundo só vai  
864 pensar na eleição a partir de janeiro. Então, o calendário é bem amplo, eu acho que nós temos  
865 condição de discutir e adiantar essa votação de Plano Diretor para o primeiro semestre o quanto antes  
866 para que não cheguemos muito próximo do meio do ano. A gente vai perder a qualidade da discussão  
867 quanto mais se alongar este prazo. É só essa colocação que eu queria por.

868 **Marcelo Manara** - Perfeito. Isso só faz endossar a preocupação para que nós tenhamos uma  
869 participação bastante ativa. Quanto mais omissos nós formos enquanto sociedade, quanto mais lentos  
870 nós formos na nossa contribuição e no empenho desse esforço de coletividade que o Plano Diretor  
871 clama... Plano Diretor é um grande chamado. Nós discutimos em outra oportunidade, a primeira vez  
872 no Conselho Gestor, mas é uma necessidade, uma grita que eu sempre repito, por exemplo, com as  
873 nossas universidades. Queremos que as nossas universidades estejam abraçando essas discussões  
874 dessas políticas públicas e nem sempre a gente encontra esse eco. Então essa questão do calendário é  
875 muito importante porque não é uma data limite. Não é um teto, mas é um elemento de grande  
876 dificuldade que se nós não estivermos atentos, nós vamos incorrer num caminho tortuoso. Vamos para  
877 frente, mas vai ser mais tortuoso isso...

878 **Gabriel Alves** - Na primeira fala eu fiz uma proposta de encaminhamento que essa discussão fosse  
879 novamente instalada a Câmara Técnica para fazer essa discussão preliminar do cronograma. Dê  
880 acesso aos documentos técnicos para fazer aí uma preliminar de como nós vamos, se vamos manter  
881 essa metodologia, se vamos fazer algum adendo, se vamos rever alguns pontos e que a Câmara  
882 Técnica se debruçasse, fosse reinstalada e se debruçasse em fazer isso e também fizesse uma  
883 apresentação do balanço das oficinas. Essa é uma questão que eu deixo de encaminhamento para a  
884 próxima reunião. Para instalar a Câmara Técnica e convocar essa Câmara Técnica para essas duas  
885 pautas. A outra questão é sobre o papel da sociedade civil. Nós não temos dúvida que a sociedade  
886 civil sempre teve presente na discussão de políticas públicas. No último dia vinte e sete de junho, a  
887 universidade, a UNIVAP, a Defensoria Pública, os movimentos sociais fizeram um seminário  
888 preliminar discutindo sobre as políticas públicas da cidade viva, que seria a cidade de São José dos  
889 Campos em perspectiva do Plano Diretor participativo. A atuação da sociedade civil é tão ampla e  
890 vigilante que até nos pontos divergentes ela judicializa as questões que elas acham que estão  
891 regulares, como foi na ADIN da lei de zoneamento que deve também, agora, nessa nova lei que  
892 promulgaram, também deve ser judicializada, no nosso entendimento, porque nós temos outra leitura.  
893 Então, pode sorrir, Maria Rita. É isso quem vai decidir é o órgão especial, o desembargador. Agora, a  
894 sociedade civil, através de seus agentes, políticos, através de seus representantes, sempre vai estar  
895 vigilante. Fizemos isso, barramos aí a voz da extração de areia. Nós barramos na instalação da lixa  
896 elétrica em São José e obviamente vamos barrar todas as questões nocivas ao meio ambiente aqui em  
897 São José. Então estaremos vigilantes e aí deixo as minhas propostas de encaminhamento para a  
898 próxima reunião de instalação da câmara Técnica sobre esses dois pontos.



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

899 **Nilson Franco Martins** - Já me apresentei no início da sessão. Eu sou conselheiro representando a  
900 Associação dos Amigos do Bairro do Esplanada e Adjacências. Eu quero cumprimenta-los aí por esse  
901 cronograma de execução com tempo maior. O secretário Manara está correto. Nós já vivenciamos  
902 aqui dentro esse mesmo conselho atropelado por uma lei de zoneamento, estava sendo encaminhada  
903 para a Câmara e o Plano Diretor sendo encaminhado. O senhor secretário me viu na última audiência,  
904 inclusive, dessa vez (palavra inaudível) sempre protestando por isso. Primeiro é isso aqui. Vamos  
905 resolver o Plano Diretor. Depois o que vier depois já vai sendo encaminhado junto, mas sai no seu  
906 tempo devido. Se nós formos pensar essas situações década dois anos nós temos certa movimentação  
907 política no país, a cidade nunca acerta nunca mais, secretário. O senhor está correto. Faço votos de  
908 que o senhor tenha autoridade, tem certeza de todos nós aqui para que não sejamos mais humilhados  
909 enquanto estamos aqui pensando na cidade, dando como a nossa colega vem de lá de São Francisco.  
910 Eu conheço aquela estrada. Para dirigir de noite, muitas vezes, com esse propósito, esse idealismo, de  
911 uma hora pra outra, outro poder paralelo se levanta e vai e voltam as coisas como comentou o Gabriel  
912 aí, colocando essas coisas aí que depois são objeto de ação de inconstitucionalidade como,  
913 infelizmente, senhor secretário, talvez, aconteça como esse último ato do atual Prefeito. Houve aí  
914 coisa que se esqueceu na revisão técnica que já foi pedida ou não, o bairro Esplanada, o senhor falou  
915 aí, o senhor ouviu os conselhos. Não só o COMPHAC tem que ser ouvido, o Conselho do  
916 Patrimônio. Se caso isso fosse ouvido, o Esplanada, seria dado ali naquele entorno um outro, coisa  
917 que, alguma coisa que vai projetar São José, talvez num nível de conceito com Brasília. Ninguém está  
918 querendo coisa cara para a cidade, coisa e tal, mas a gente que passou por todas essas áreas aí, de pós-  
919 graduação, arquitetura e urbanismo, sabe perfeitamente que o pensamento da maioria dos moradores  
920 lá, eles estão corretos por isso. Então eu faço votos que essa equipe... E outra coisa, a Câmara  
921 Técnica. Aquilo que o senhor comentou de nós analisarmos, o primeiro contato desse conselho com a  
922 equipe interna cuja bagagem técnica é indiscutível, então nós que já estamos lá nos integrando à  
923 Câmara Técnica, temos tido oportunidade de levarmos às vezes a nossa visão, a nossa experiência,  
924 seja como ex-professor, ou como técnico também de transportes na região e outros como o Gabriel  
925 tem apontado aí, a Câmara Técnica é o elo de interligação primeiro entre a nossa equipe técnica da  
926 Prefeitura e esse conselho. Eu pediria ao senhor então que procurasse assim que chegam os  
927 programas nós já corremos lá e vamos discutindo. Quando ele chega aqui na Câmara não quer dizer  
928 que já está aprovado e resolvido. Eles já chegam aqui num nível que até entre nós mesmos, às vezes,  
929 conversamos e ganhamos tempo. Era isso que eu queria... E parabéns pelo que está sendo feito e  
930 espero que a gente consiga essas coisas para trás que ocorreram que tem que ser acertado, a gente  
931 consiga acertar aí. Então, da nossa parte, muito obrigado aí.

932 **Marcelo Manara** – Bom, colhidas todas as contribuições, como eu disse antes, nós temos já uma  
933 proposta de data para o dia dez de agosto que é uma quinta-feira às dezoito e trinta e agora nós temos  
934 um segundo assunto na pauta, que o primeiro é o cronograma, a apresentação do cronograma, e o  
935 segundo assunto é a reconstituição da Câmara Técnica, então aí, façamos essa análise e nesse interim  
936 teremos a publicação do decreto. Quero crer que a questão daquelas entidades que acumularam as  
937 faltas na manifestação de uma maioria. Eu não sei se eu preciso colocar para a deliberação de todos,  
938 mas que façamos o seguinte. Aí é minha proposta de encaminhamento com relação a esse tema para  
939 não ficar sem resposta. Nós vamos encaminhar, nós vamos oficializar todas as instituições, então a esses  
940 faltantes também será comunicado como todos e se incorrerem novamente em série de faltas, aí nós  
941 temos que aplicar o regimento. O regimento é para ser aplicado. Nós não podemos pactuar com  
942 omissões e estamos falando aqui de toda dificuldade, de todo acervo e complexidade de coisas que  
943 tratar e aquelas instituições que brigaram para ter assento e não se fazem participar, não estão  
944 participando, elas estão comprometendo o andamento do processo. Então eu quero crer que não tem  
945 ninguém aqui que queira ficar passando eternamente a mão na cabeça, mas vamos dar essa nova  
946 chance. Nós vamos encaminhar o ofício para todos, para indicarem os seus participantes, sejam os  
947 mesmos ou novos, e aí, na próxima reunião a gente discute o cronograma e a retomada da Câmara  
948 Técnica. Obrigado a todos. Nesse interim, o presidente do Conselho, respondeu a alguém que a  
949 Câmara Técnica é órgão assessor do pleno, ou seja, órgão assessor.

950 **Miguel** - Os mesmos nomes estarão lá ou não, vamos discutir depois. Mas nesse momento existe uma  
951 Câmara Técnica constituída. Seria interessante, se possível em alguns momentos, primeiro, informar



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## SECRETARIA DE URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904  
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

952 todo o material que foi sintetizado, as leituras técnicas, etc. e etc., passar para essa Câmara Técnica  
953 que hoje está constituída, e para todo mundo que quiser, tá? Mas para Câmara Técnica que estava  
954 operando. Para que a gente possa já de alguma maneira ter essa conversa, ter menos ruído, dar uma  
955 leitura, observar, então tudo que tem, que foi constituído nesse período, que possa ser o que está  
956 organizado de maneira que possa ser apropriado pela Câmara Técnica para fazer a Câmara Técnica,  
957 fizesse antes da reunião.

958 **Maria Rita Singulano** - Eu entendo que não tem uma Câmara Técnica constituída; eu me lembro  
959 bastante da discussão de como a Câmara Técnica foi colocada, é assim: A Câmara Técnica, ela é de  
960 acordo com cada assunto que foi colocado. Isso. Não, nós fizemos uma Câmara Técnica para discutir  
961 a participação comunitária como seria as oficinas e agora nós teríamos então que fazer uma nova  
962 Câmara Técnica que pode ter as mesmas pessoas e outras, mas o que eu entendi de Câmara Técnica é  
963 que cada assunto, ela é temática para cada assunto. Por exemplo, por que essa, eu quero participar e a  
964 outra eu não queria, entendeu?

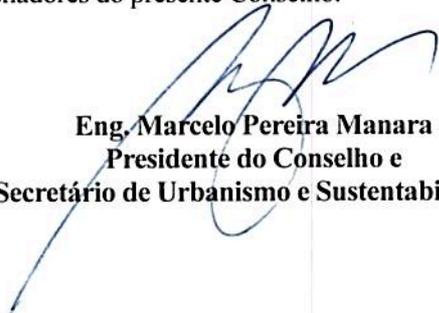
965 **Marcelo Manara** - Lógico, e lembrando que no primeiro período foram duas reuniões de Câmaras  
966 Técnicas.

967 **Lincoln Delgado** - Só para esclarecer, Maria Rita, houve uma Câmara Técnica para discutir mais  
968 especificamente a leitura comunitária de divulgação e houve uma Câmara Técnica para discutir a  
969 abordagem metodológica. Eu tive na reunião, o IPLAN teve lá, que mudou, que eles fizeram uma  
970 proposta aqui foi toda remodelada. Então existem dois objetos que uma Câmara Técnica, com  
971 elementos diferentes discutiram. Então elas já existem na discussão metodológica, que é essa  
972 discussão que o Oswaldo trouxe. É nessa discussão que essa Câmara Técnica já ajudaria se tiver todos  
973 os documentos.

974 **Encerramento:** O presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, lembrando que já atingiram o  
975 horário, e que é necessário estar atentos também às competências de análise processual do Conselho  
976 Gestor e análise do CMDU que haverá reunião no dia vinte e cinco, enquanto competências entre os  
977 colegiados. E afirmou então, assim como o próprio Miguel chamou a atenção para que todos façam a  
978 tarefa de casa de apropriar, compreender quais são os regimentos que regem cada colegiado, então  
979 irão conduzir as conversas e todas as contribuições legítimas que chegam no Conselho Gestor, mas  
980 desde que elas estejam não com uma franja de conflito de atribuições com aquilo que vai ser discutido  
981 no CMDU e todos podem participar também dentro das suas representações no próprio CMDU.  
982 Cumprimentou a todos e nada mais havendo a tratar ou a decidir foi encerrada a reunião às vinte e  
983 uma horas e quarenta e três minutos.

984 E para constar, eu Deolinda Luíza Miranda de Araújo, assistente administrativo, redigi a presente ata  
985 que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho, para ser encaminhada por  
986 e-mail a todos os participantes e membros do Conselho Gestor, com a ciência e aprovação dos  
987 seguintes membros e coordenadores do presente Conselho.

988  
989  
990  
991  
992  
993

  
**Eng. Marcelo Pereira Manara**  
**Presidente do Conselho e**  
**Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade**